

Entre Saberes, Teorias E Abordagens: Um Estudo De Caso Didático No Ensino Superior De História Ambiental

Among Knowledge, Theories, And Approaches: A Didactic Case Study In Higher Education Of Environmental History

Entre Saberes, Teorías Y Abordagens: Un Estudio De Caso Didáctico En La Enseñanza Superior De Historia Ambiental

Jorge Pagliarini Junior*

Resumo: Com base na experiência com a disciplina de História Ambiental, que ministrei na graduação de História em três oportunidades, busco apresentar os resultados do estudo e da produção de conhecimento histórico voltados para os saberes que permeiam o campo ambiental. Esse percurso começa com um momento focado na apresentação de um aporte teórico para o estudo da interação entre sociedade e natureza. Em seguida, apresento uma contextualização do plano de ensino da disciplina, seus alcances e dificuldades. A apresentação do percurso da disciplina, juntamente com o aporte teórico utilizado, contribui para a produção do ensino de História Ambiental, ancorado em práticas democráticas construídas dialogicamente e de formato propositivo.

Palavras-chave: História ambiental; saberes; temporalidades.

* Doutor em História pela UFGD; professor da graduação em História, do ProfHistória e do Mestrado Acadêmico em História Pública da Unespar.

<https://orcid.org/0000-0002-9579-635X>

Abstract: Based on the experience with the Environmental History course, which I taught in the History undergraduate program on three occasions, I aim to present the results of the study and the production of historical knowledge focused on the knowledge that permeates the environmental field. This journey begins with a moment focused on presenting a theoretical contribution to the study of the interaction between society and nature. Then, I present a contextualization of the course's teaching plan, its scope, and difficulties. The presentation of the course pathway, along with the applied theoretical contribution, fosters the development of Environmental History teaching, anchored in democratic practices built dialogically and in a propositional format.

Keywords: Environmental History; knowledge; History teaching.

Resumen: Con base en la experiencia con la clase de Historia Ambiental, que impartí en la licenciatura de Historia en tres oportunidades, busco presentar los resultados del estudio y la producción de conocimiento histórico relacionados con los saberes que impregnan el campo ambiental. Este recorrido comienza con un momento centrado en la presentación de un enfoque teórico para el estudio de la interacción entre la sociedad y la naturaleza. A continuación, presento una contextualización del plan de estudios de la clase, sus alcances y dificultades. La presentación del recorrido de la clase, junto con el enfoque teórico utilizado, contribuye a la enseñanza de la Historia Ambiental, basada en prácticas democráticas construidas de manera dialógica y con un enfoque propositivo.

Palabras clave: Historia ambiental; Enseñanza de la historia; Temporalidades.

Introdução: um olhar processual para nossa relação histórica com a natureza

A História Ambiental desempenha um papel fundamental no Ensino de História. Por outro lado, o campo do Ensino de História deve contribuir para o campo ambiental. Quais são, então, as fundamentações teóricas e metodológicas presentes nestas trocas? Como levar esse tipo de conhecimento para uma disciplina de graduação em História? Este texto está organizado em torno do desenvolvimento dessas questões. Em síntese, trata-se de um estudo de caso didático sobre uma disciplina de História Ambiental ministrada em três oportunidades na licenciatura em História da Unespar, campus de Campo Mourão-PR, acompanhado de um aporte teórico preocupado com a potencialidade do ensino e aprendizagem sobre História Ambiental.

Enquanto campo disciplinar, entendo que a História Ambiental pode ser definida a partir de três dimensões. A primeira remete-se a suas implicações sociais. Dessa dimensão, destaco o campo de possibilidades que ela oferece ao articular a relação entre o local e o global, bem como as condições de produção de uma leitura crítica dos processos de transformação do meio ambiente pelos sujeitos que dela se interessam. A segunda, remete-se a suas ancoragens temporais, ou melhor, à forma como, a partir do tema da relação entre sociedade e natureza, diferentes usos do passado e expectativas de futuro são construídos, apropriadas e reinventadas. Finalmente, a terceira remete-se ao estudo da sua constituição enquanto campo científico, e aqui considero o diálogo epistemológico interdisciplinar entre a História e outras ciências naturais. Essas três dimensões que ressaltam, impacto social, ancoragem temporal e constituição de um campo, ganharam novos contornos quando foram tensionadas durante as discussões teóricas das aulas da disciplina de História Ambiental, organizada a partir de uma carga horária de 60 horas.

A História Ambiental, quando pensada na relação entre local e global e suas implicações sociais, permite a formação de caminhos para a necessária construção e reafirmação da função social da História. Ela conecta desafios vividos pelos alunos no seu cotidiano com assuntos e desafios globalmente situados, aos quais, hoje, com as tecnologias de comunicação, como as redes sociais, todos temos acesso - espécie de relação “viva e ativa” da prática historiadora com o local e o cotidiano, que perpassa a valorização e o reconhecimento de memórias (Fonseca, 2006).

Assim, partindo dessa articulação entre local e global, nas aulas que apresento a seguir, analisamos rupturas e permanências identificadas no processo de territorialização fundiária regional. Isso aconteceu mediante um estudo que retomou o processo de colonização/ocupação regional, ocorridos na primeira metade do

século XX, bem como o processo de reorganização fundiária regional que se deu a partir da década de 1980. Este último foi profundamente marcado pelo fenômeno de mecanização das terras e êxodo rural.

Nas primeiras aulas, alguns alunos imaginavam que faríamos uma caminhada, no sentido de uma marcha pela Educação Ambiental. De fato, poderíamos ter adotado tal postura metodológica; contudo, a disciplina possuía outros objetivos e metodologias. Estava, grosso modo, ancorada no estudo regional, preocupada, por um lado, com uma revisão historiográfica sobre o tema e, por outro, com o reconhecimento e análise de práticas cotidianas da agricultura familiar, a partir da metodologia da história Oral. Esse percurso traria um cabedal de debates, entre eles, os conceitos de História, memória, identidade, sociedade e natureza, tudo isso em meio ao reconhecimento de processos compreendidos tanto pela diacronia da análise histórica, quanto pela sincronia presente nos discursos de colonização regional em circulação.

Essa análise relacionou características naturais, como no caso da nossa região de cerrado, importante para a expansão da criação de gado durante as primeiras décadas do século XX, a qual se estende entre os municípios de Campo Mourão-PR e Pitanga-PR; políticas nacionais e estaduais agrárias; e, as escolhas e resistências familiares diante dessas estruturas e conjunturas. Em outras palavras, na aproximação com Worster (1991), temos três níveis de análise, um nível natural, um nível produtivo e um nível cultural.

Mas, afinal, com quais rupturas e/ou permanências lidamos ao estudarmos historicamente as representações sobre o meio ambiente no atual contexto de crise ambiental? Ou seja, como abordar nas aulas de História os diferentes usos do passado e expectativas de futuro que servem de ancoragem para analisarmos nossa relação com o meio ambiente? Para dar conta dessa questão apresento nesta introdução uma proposta de sistematização da construção da História Ambiental que, embora simplifique sua complexidade e seus arranjos, serve como um olhar panorâmico e introdutório. Para essa síntese, procurarei destacar uma abordagem processual, didaticamente dividida em gerações representantes de fases da nossa experiência enquanto sociedade com o saber ambiental. Nessa divisão, o momento atual corresponderia a uma terceira geração. Essa geração, junto com as duas anteriores, encontra na escola um lugar para a construção do conhecimento ambiental.

Tal tentativa de resposta está pautada na literatura do tema (Carvalho, 2021; Duarte, 2005; Leff, 2009; Pádua, 2010; Worster, 1991) e propõe uma primeira geração que herda da década de 1970 a constatação científica dos problemas

ambientais em escala global e presencia o nascimento da “crise ambiental”. Essa geração testemunha o estabelecimento de uma segunda geração, que é filha dos momentos finais do século XX e é caracterizada pela vivência de acordos globais. Tal postura pode ser representada, por exemplo, na delimitação do Protocolo de Quioto, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos 5 Rs, etc., e tem seu epicentro na consolidação do conceito de “desenvolvimento sustentável”. No Brasil, este contexto está diretamente relacionado com o impacto da redemocratização e com as preocupações da Carta de 1988.

Finalmente, a atual terceira geração. Demarcada no século XXI, ela se coloca em um lugar de balanço: teve acesso à síntese dos impactos ambientais na escola e, portanto, se comparada com as gerações anteriores, possui maior acesso aos constructos científicos, algo agora disseminado, para além da escola, por diferentes mídias. Contudo, é uma geração que tem ao seu alcance justamente pelas redes sociais, narrativas de toda sorte, entre elas, aquelas que questionam a ciência. Essa geração desafia os seus professores a lidarem com novas demandas e novas posturas didáticas. Com ela, o lugar de busca por informação, e em certa medida de produção de conhecimento, passa, antes mesmo da escola, pela internet. É para essa geração que estruturei a disciplina de História Ambiental¹. Essa processualidade da construção da História Ambiental foi uma das abordagens da disciplina que ora comento.

Concluindo, a última abordagem desta introdução refere-se ao reconhecimento do processo de construção da História Ambiental enquanto campo de saber incorporado processualmente ao campo da História. Diante dos objetivos deste artigo e da qualidade das produções e estudo do tema (Franco; Drummond, 2012; Martinez, 2011; Pádua; Carvalho, 2021; Reigota, 2010), não apresentarei nesta introdução um mapeamento do ensino da História Ambiental. Contudo, quero explicitar que mesmo não sendo, infelizmente, essas leituras citadas recorrentes nas aulas da graduação em História, a abordagem do meio ambiente está presente em leituras já incorporadas nos cursos de História, como no caso da historiografia dos Annales (Worster, 1991). Outra contribuição historiográfica pode ser encontrada na Nova Esquerda Inglesa, por exemplo, nos estudos de Thompson (1997, 1998), caso das obras *Senhores e Caçadores* e *Costumes em Comum*, só para citar um exemplo desta produção que ganha audiências no Brasil durante a década de 1990, principalmente via programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Nessa historiografia vinculada à História Social o foco nos costumes já possibilitava uma abordagem da relação entre as pessoas e o ambiente natural.

Nesse mesmo contexto de reorganização da área de História, essas bibliografias, dos Annales e da Nova Esquerda Inglesa, ganham aportes advindos das discussões da própria História Ambiental, esta, por sua vez, em grande medida estruturada nos EUA durante a década de 1970 (Pádua, 2010), e mais que isto, somam-se a elas abordagens interdisciplinares e transversais sucedidas das cobranças dos atuais documentos norteadores do ensino básico, sendo o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); da Base Nacional Curricular Comum (BNCC); das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs); e do atual Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). Todo esse exercício de reconhecimento dos estudos ambientais organizou minhas escolhas historiográficas e minhas abordagens metodológicas para a disciplina e foi complementado pelo trabalho prospectivo de reconhecimento da abordagem da História Ambiental no nível acadêmico (Klanovicz, 2017).

Todavia, mesmo diante do aumento da abordagem ambiental no campo da História, isso nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão, entendo que ainda carecemos de uma maior sistematização da análise sobre a relação entre a História Ambiental e o Ensino de História. Portanto, é a partir da geração atual de estudantes, futuros professores de História, das contribuições historiográficas e das cobranças do ensino de História que apresento este texto organizado em dois momentos.

O primeiro momento é dedicado à apresentação de abordagens conceituais e está dividido em duas discussões: a primeira analisa processualmente as formas de relação da sociedade com a natureza; a segunda, apresenta definições de matrizes que orientam a relação entre sociedade e natureza, um conhecimento essencial para a construção de análises históricas e para uma atuação propositiva, voltada para a apresentação de ideias e caminhos metodológicos para o ensino de História Ambiental a partir da realidade regional.

O segundo momento do texto dialoga igualmente com abordagens conceituais da relação entre sociedade e natureza. No entanto, nele destaco de maneira pontual elementos da disciplina de História Ambiental, discutida em forma de relato de experiência, agora dividida em três discussões. Todas elas, em certa medida, acompanham a própria sequência das aulas ministradas na disciplina. A primeira está voltada ao entendimento de como se deu nas nossas aulas a definição da História Ambiental. Essa abordagem discute as perspectivas teóricas trabalhadas em sala de aula a partir da análise de documentos estudados para esta finalidade. A segunda, de ordem metodológica, está preocupada com estratégias didáticas voltadas para a formação docente, e com um tipo de produção de conhecimento ambiental de ordem dialógica. Contempla essa discussão a apresentação de algumas atividades

desenvolvidas pelos alunos da disciplina. A terceira procura relatar alguns resultados da produção e apresentação de entrevistas feitas pelos alunos na disciplina, e serve, assim, de fechamento em forma de balanço do texto.

Com essas problematizações espero proporcionar uma contribuição para o reconhecimento de posturas epistemológicas, construídas nos últimos 50 anos, sobre a relação entre sociedade e natureza, bem como apresentar, a partir dos resultados das minhas aulas, alternativas para a organização de outras disciplinas de História Ambiental, e com isso, produzir práticas metodológicas destinadas ao estudo dos usos e apropriações históricas do meio ambiente² pelos públicos, tanto o escolar quanto o público mais amplo.

Aporte teórico para a construção de análises da relação entre sociedade e natureza

O trabalho de organização da disciplina de História Ambiental foi precedido por uma discussão epistemológica, incorporada ao plano de ensino, dividida entre as seguintes abordagens: 1 - do reconhecimento processual da construção do campo da História ambiental; 2 - do entendimento teórico das matrizes ambientais problematizadas partir dos desafios da área do ensino de História.

É notória a carência da História Ambiental nos currículos e práticas da disciplina da História até o aproximar do século XXI. No Brasil, os diálogos sistematizados da História com abordagem ambiental datam-se de meados da década de 1990, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Bittencourt, 2003. Carvalho, 2012, 2021). Por exemplo, as lições da obra seminal, Primavera Silenciosa, de Rachel Carson (2010), levaram décadas para serem incorporadas ao cenário nacional da História, mesmo diante do crescente questionamento ao paradigma científico determinista (Bittencourt, 2003).

De acordo com Carvalho (2021), esse processo de transformação ocorreu gradualmente no Brasil a partir da década de 1970, quando foi incorporada ao currículo a educação ambiental (EA) como resposta à crescente preocupação internacional com a crise ambiental³. Contudo, embora reconhecida legalmente como conteúdo transversal em todos os níveis de ensino, a EA ainda enfrenta desafios quanto à sua implementação efetiva e crítica, diante do predomínio de abordagens conservadoras e fragmentadas, estritamente voltadas para a Ecologia, a Geologia, a Engenharia Ambiental, marcadas por um “adestramento ambiental” (Carvalho, 2021), postura tal que dificulta a construção de uma racionalidade ambiental emancipadora.

Meu entendimento desse processo de construção da História Ambiental, dialeticamente absorvido e construído no e pelo Ensino de História, partiu do trabalho de localização das questões ambientais cotidianas de alunos e professores, sem para tanto, limitarmos o ensino da História Ambiental ao eixo racionalizante da natureza. Assim, sem se querer atribuir ao atual momento da história ambiental a mágica de um “solucionismo”, e admitindo de antemão o próprio “limite da ecologização” (Carvalho, 2012), o diálogo entre História e ciências naturais necessita ser pensados processualmente.

Pontualmente, o desafio reside na necessidade do reconhecimento de diferentes tradições e das suas respectivas respostas práticas, presentes no recorte aqui estabelecido, o de aproximadamente 50 anos e, conseqüentemente, do reconhecimento dos diferentes contextos históricos que marcaram as relações entre sociedades e natureza. Toda essa problematização precisou ser “didatizada” para, então, ser apresentada nas primeiras aulas da disciplina, momento em que, junto com os alunos, construímos uma esquematização. Isso foi apresentado de forma esquemática. Vejamos.

A primeira corrente de pensamento: o meio ambiente necessita ser compreendido a partir do reconhecimento e respeito aos constructos científicos (olhar do presente para o passado, postura reconhecida entre final do século XIX e os anos de 1960). A segunda corrente de pensamento: o meio ambiente importa ao servir de abordagem para a projeção de um futuro sustentável (olhar do presente para o futuro, postura reconhecida a partir da década de 1990 e que se estende até os dias atuais). A terceira corrente de pensamento: o meio ambiente é compreendido pelos impactos do presente ao planeta (olhar do presente para si, tipo de postura reconhecida a partir da década de 1970 e que se estende até os dias atuais).

Notadamente, essa meta-análise temporal acaba por ser tensionada quando é aplicada a um estudo de memórias de agricultores. Isso porque a linearidade que em muitos casos organiza o ensino, não necessariamente organiza a narrativa de uma entrevista. Ou mesmo porque algumas memórias são reconstruídas no presente na reafirmação de políticas colonizadoras, como no caso das políticas de Marcha para o Oeste dos anos de 1930 a 1950; logo, carregam esse discurso para o presente. Essa constatação gerou outro desafio teórico: afinal, seria possível equilibrar essas temporalidades na disciplina de História Ambiental? A discussão recorre ao aporte conceitual de Hartog (2013, p. 251)⁴, texto trabalhado em nossas aulas, pontualmente na defesa do autor de que as definições recentes do meio ambiente dariam suporte para políticas menos “presentista”:



A partir deste novo componente da experiência do tempo foram formuladas duas proposições fortes, que enfatizaram a responsabilidade e a precaução: “o princípio responsabilidade” elaborado e defendido pelo filósofo Hans Jonas e, mais recentemente, o princípio de precaução. Mesmo que os dois princípios difiram - eles não têm nem a mesma formação, nem o mesmo impacto, nem o mesmo uso -, pode-se considerar o primeiro como o “suporte filosófico” do segundo. Por que evocá-los na conclusão? Por que permitem completar a resposta à questão feita por Péguy? Tanto com um quanto com o outro, temos a impressão, de fato, de dar as costas ao presentismo, entendido como retraimento sobre o presente apenas do ponto de vista do presente acerca de si mesmo. Levar em conta e, se possível, encarregar-se do futuro, mesmo frente a suas incertezas, é toda sua razão de ser: até o futuro o mais distante pelo princípio de responsabilidade, um futuro, inicialmente e antes de tudo, apreendido como incerto pelo princípio de precaução. A menos que se trate mais de crença do que de incerteza. Na realidade, nós sabemos o suficiente sobre as catástrofes que estão por vir, mas não gostaríamos de acreditar

Portanto, era necessário que os alunos entendessem a constituição geral dessas camadas de historicidade que atravessam a relação sociedade-natureza nos últimos 50 anos. Por exemplo, enfatizei que a Ecologia tem acompanhado a formação escolar desde 1990 e, assim, ela passou de futuro e é agora presente/futuro. Por sua vez, a perspectiva econômica, embora sempre preponderante nas políticas de estado, não está mais ancorada no futuro, como estivera até o fim da década de 1970. Desde então, ela passa a ser analisada criticamente quando tratamos dos impactos do século XX. Afinal, agora, o futuro tanto pode ser o sustentável como o da catástrofe.

Durante essas discussões teóricas, surgiu entre os alunos uma pergunta: a perspectiva sustentável pertence à temporalidade do futuro ou já está incorporada ao presente? Naquele momento, tratamos de permanências e rupturas nas representações sobre o meio ambiente, e discutimos que a maneira como lidamos historicamente com essa temática reforça exemplos de que o acúmulo de promessas não cumpridas pelo passado (Huyssen, 2000) gera uma crescente necessidade de desconfiança⁵.

Além de demonstrar que o conceito possuiu uma história, procurei valorizar uma perspectiva Socioambiental, e com isso recorri à contribuição do pesador Enrique Leff (2009) e sua abordagem valorizadora da diversidade de saberes. Leff (2009, p. 209) caracteriza um trajeto concentrado entre as décadas de 1970 até a primeira década do século XXI:



Passada a década dos anos setenta, na qual se difundiram os princípios do ecodesenvolvimento, os países do Terceiro Mundo da América Latina, em particular, viram-se envolvidos na crise da dívida, caindo em graves processos de inflação e recessão. A recuperação econômica apareceu, então, como uma prioridade e razão de força maior das políticas governamentais. Neste processo, configuram-se os programas neoliberais de diferentes países, ao tempo que avançam e ficam mais complexos os problemas ambientais do mundo. Neste momento começa a cair em desuso o discurso do ecodesenvolvimento, suplantado pelo discurso do desenvolvimento *sostenible*. Embora muitos dos princípios dos dois discursos sejam afins, as estratégias de poder da ordem econômica dominante vão modificando o discurso ambiental crítico para submetê-lo à racionalidade do crescimento econômico.

De fato, o reconhecimento da crise ambiental e das respostas apresentadas pelo modelo de produção capitalista ancorada na racionalidade econômica são de fundamental importância para a contextualização da História Ambiental⁶.

Outro conceito do autor pode ser incorporado à discussão, o da racionalidade ambiental. Mais que o objetivo de se conservar, objetivo que caracteriza o desenvolvimento sustentável-*sostenible*, a racionalidade ambiental defende a desconstrução da cultura da racionalidade econômica pela própria cultura da diversidade e da diferença.

De maneira geral, Enrique Leff é conhecido por suas contribuições para a Educação Ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Ele defende o diálogo entre diferentes saberes como uma maneira de resolver problemas ambientais e construir uma racionalidade ambiental. Isso pode ser aplicado ao ensino da História Ambiental ao encorajar alunos a explorarem diferentes perspectivas sobre o meio ambiente. Assim, Leff permite o questionamento de um tipo de produção de estudos do meio ambiente que se concentra exclusivamente na técnica (econômica, biológica, ecológica), ao propor a promoção do diálogo entre diferentes perspectivas ambientais, que são fundamentais para a construção social do conhecimento ambiental. A partir dessa abordagem, procurei demonstrar como diferentes matrizes teóricas se encontram difundidas no presente⁷.

Para os objetivos da disciplina de História Ambiental que apresento, a incorporação de princípios de sustentabilidade, complexidade e criticidade na sala de aula envolveria não apenas a transmissão de conhecimentos sobre o meio ambiente, mas também a promoção de uma consciência ambiental crítica entre os alunos. A propósito, essas práticas advindas do estudo socioambiental podem ser aproximadas da pedagogia freiriana, referência para uma postura interdisciplinar e crítica, portanto, significativa para enfrentamentos de crises (Martins; Araujo, 2021).

Portanto, ao incorporar a proposta de Leff, busquei desenvolver uma abordagem para o ensino da História Ambiental que valorizasse a diversidade de saberes⁸, promovesse o diálogo entre diferentes perspectivas e estivesse atenta ao reconhecimento do processo histórico de construção social do conhecimento ambiental. É preciso dizer da dificuldade enfrentada nas aulas com a leitura do referido autor, atividade que demandou retomadas do texto em diferentes momentos da disciplina. Nesse ínterim, um estudo de bases teóricas contribuiu para a análise de importantes processos de construção de políticas ambientais em nível regional, nacional e global, e suas implicações democráticas. Dessa base teórica foram estabelecidos os caminhos metodológicos da disciplina.

Caminhos metodológicos para uma História Ambiental dialógica e propositiva

A necessidade de respostas históricas, percebidas no século XXI, esbarra na nossa consciência histórica, seja mediante o questionamento de definições teóricas, seja no estudo de nossas práticas. Não por acaso, o desafio em torno da questão ambiental poderia ser tomado a partir da preocupação de Arruda (2006), segundo a qual a consciência ambiental concorreria entre os desafios da própria produção do conhecimento histórico, recorrendo a uma espécie de consciência histórica ambiental. Novamente, os exemplos da historiografia selecionada nos levam até a questão: com quais práticas e metodologias trabalhar História Ambiental?

A apresentação da ementa da referida disciplina de História Ambiental, uma disciplina Optativa de 60 horas, ministrada em duas ocasiões no segundo ano da graduação em História e uma no quarto ano, consta: “Estudo das relações entre homem e natureza em uma perspectiva histórica-historiográfica. Análise e produção de material de pesquisa sobre História Ambiental”. Esta ementa foi trabalhada a partir dos seguintes objetivos:

- Discutir as principais vertentes da História Ambiental;
- Problematizar a presença e os significados do tema da natureza na historiografia nacional;
- Analisar o processo de desenvolvimento da agricultura familiar na Mesorregião Centro Ocidental do Estado do Paraná;
- Apresentar um aporte teórico e metodológico sobre memória e História Oral.

Como se percebe, diante da multiplicidade de formas para se trabalhar com a História Ambiental, a disciplina se concentrou no estudo de uma história socioambiental, além de documentos potencialmente úteis ao tema (foi o caso da Lei de Terras de 1850, e do estudo comparado do Plano Nacional de Desenvolvimento ou PND II e do Plano Amazônia de 2021), e, na análise da história local/regional a partir do recorte da agricultura familiar. Como desfecho da disciplina, os alunos entregaram ao final do curso a análise e apresentação dos resultados da produção de entrevistas por eles realizadas com agricultores(as) familiares.

Na disciplina, os estudos focaram no esforço de revisão de caminhos metodológicos, como aqueles relacionados com a aproximação com História Regional; com o estudo de toponímias ou com o uso de fontes primárias, como entrevistas orais (Gerhardt; Nardoni, 2010). Esta sequência de atividades distribuídas em três módulos, com os quais dividi a disciplina, apresentados e discutidos na sequência.

Módulo I - Discussão sobre a construção da História Ambiental: história da História Ambiental, suas vertentes e matrizes discursivas.

Uma das preocupações em nossas aulas foi o trabalho prospectivo sobre o entendimento que os alunos traziam para a sala de aula sobre o meio ambiente. Ali, uma constatação: eles generalizavam a História Ambiental como práticas de Educação Ambiental. No meu entendimento, isso representava uma metonímia – o todo pela parte. Essa constatação ocorreu nas primeiras aulas das duas vezes em que ministrei a disciplina na segunda série do curso, e na única oportunidade em que a ministrei para a nossa quarta série, quando os alunos responderam a uma atividade do tipo prospectiva à questão: "como você define o ensino de História Ambiental?" De um total de 56 respostas, somando as respostas das três turmas matriculadas, todas correlacionaram a História Ambiental com práticas de preservação da natureza ou com atividades de conscientização dos estudantes nas escolas. Nesse sentido, alguns alunos conjecturaram que faríamos uma campanha sobre reciclagem; outros, visitas na comunidade indígena Guarani localizada no nosso município; ou participaríamos de campanha contra lixo urbano. Embora façam sentido essas deduções, causou-lhes estranhamento o fato de o estudo da colonização regional, do cotidiano do trabalho de profissionais liberais, ou mesmo a da própria história familiar fazer parte de um estudo de história ambiental.

De fato, a Educação Ambiental é uma faceta potente da abordagem escolar sobre a História Ambiental, mas tal generalização desconsidera o estudo de tradições, de políticas econômicas, além de maneiras de se produzir e/ou usar a natureza. Ou seja, considera exclusivamente a matriz ecológica. De certa forma, ela desconsidera

aspectos históricos, econômicos e culturais da relação entre sociedade e natureza. Essa realidade foi problematizada ainda nas primeiras aulas com a apresentação dos planos de ensino das disciplinas, bem como no decorrer dos bimestres em diferentes momentos, aqui sistematizados em dois tipos de atividades: uma primeira focada no estudo de documentos, justamente para perceber rupturas e permanências de práticas e mesmo de discursos ambientais, e uma segunda, com estudo conceitual proposto nas aulas subsequentes.


Na sequência, para melhor apresentar resultados, focarei em duas das experiências da disciplina, neste caso ministradas por mim em 2020 e em 2022 para as segundas séries de História⁹.

Inicialmente destaco o documentário “A História do Greenpeace” (2011), discutido nas nossas primeiras aulas. Ele foi importante para o reconhecimento da construção do grupo Greenpeace, de suas transformações ideológicas e de sua atuação histórica. Acompanhar a história do Greenpeace contribui para entender o desenvolvimento das políticas ambientais em nível planetário. A atividade foi intercalada com estudos de textos que permitiram um panorama da história ambiental no Brasil e no mundo. Entre eles, destaco os textos de Duarte (2005), Gonçalves (2020) e Reigota (2010).

Durante o debate que se seguiu à apresentação do documentário, os alunos não demonstraram dificuldade em acompanhar processualmente o processo de transformação apresentado, embora alguns tenham afirmado que desconheciam tal processo e, de forma anacrônica, acreditavam que as cobranças atuais por preservação ambiental fossem as mesmas desde meados do século XX.

Nas aulas seguintes, partimos para o estudo de documentos. Foi o caso de um comparativo entre fragmentos do PND II, da década de 1970, e do Plano Amazônia, de 2021. O foco esteve nas permanências e transformações do entendimento dos respectivos legisladores sobre meio ambiente (Freiria, 2015).

O II PND foi lançado em 1974, durante o regime militar, um período em que o desenvolvimento econômico nacional era altamente enfatizado. No tema “preservação do meio ambiente”, o documento destaca a crença de que os países subdesenvolvidos, diante dos movimentos de contenção da poluição, não deveriam ser responsabilizados e impedidos de se desenvolver industrialmente, pois não seriam os responsáveis pelo atual estágio da poluição mundial. Como argumento, o documento ressalta a falta de saneamento básico e a própria pobreza como justificativas para a necessidade de desenvolvimento econômico para atender a essas demandas.




No caso do Plano Amazônia, percebemos que a natureza é apropriada e representada de maneira diferente, especialmente considerando que essas grandes áreas já estão sendo exploradas e vários impactos já são evidentes. Isso inclui as grandes queimadas no Pantanal e na Amazônia nos últimos anos, além da extração ilegal de madeira. Algumas políticas de preservação são implementadas como resultado de pressões externas e internas. Assim, o documento demonstra a atuação na fiscalização para a efetivação das medidas tomadas para conter a exploração desenfreada. Pelo menos no papel, a abordagem teórica dos legisladores que orienta a relação com a natureza não é mais a do desenvolvimento econômico, como no PND, mas a do desenvolvimento sustentável. Em linhas gerais, os alunos não tiveram maiores dificuldades para problematizar e comparar esses dois tipos de discursos de desenvolvimento nacional e, em parte, questionaram se o modelo defendido no PND II não se aplica também à realidade atual, perguntando se ainda hoje não vivemos sob uma lógica desenvolvimentista.

Um outro documento tratou da história local e foi cotejado com estes resultados analíticos, foi o caso do estudo do “Plano de conduta do município de Campo Mourão-PR, de 1964, espécie de Lei Orgânica da referida época. A discussão foi aprofundada com duas leituras, textos de Pádua (2010) e o de Franco e Drummond (2012), com os quais foi possível pensar a construção da História Ambiental internacional e a nacional, isto a partir de um foco historiográfico.

Já no caso dos estudos sobre a construção do conceito de meio ambiente e de seus usos acadêmicos, foram importantes as leituras que discutiram o entendimento da relação entre sociedade e natureza, inclusive sua apropriação nos estudos acadêmicos¹⁰.

A sequência das aulas deste módulo procurou apresentar definições de abordagens teóricas para pensarmos o estudo da relação sociedade e natureza¹¹, abordagens já tratadas na primeira parte deste artigo, pela leitura de Leff (2005). Nesse momento da disciplina, uma vez que os alunos já possuíam uma introdução sobre a História Ambiental, partimos para um segundo módulo. Este módulo, reduzido em número de aulas em comparação com o primeiro, focou na introdução sobre o conceito de memória e identidade, e nas abordagens metodológicas da História Oral. Ou seja, foi uma introdução para a futura produção de entrevistas.



Módulo II - Natureza, memória e identidade: Discussão sobre memória e identidade no contexto da História Ambiental.

A proposta central era apresentar às turmas um aporte teórico e metodológico para a produção das entrevistas. Com Candau (2011), consideramos a possibilidade de abordar o meio ambiente a partir dos debates sobre identidade. Discutimos se o meio ambiente é, ou já foi, uma “metanarrativa”, ou seja, se já se constituiu como exemplo de “memórias fortes” e, portanto, mobilizadora de formas de reconhecimento e identidade, ou se, pelo contrário, está presente principalmente em “memórias fracas”, as quais não acionam discursos identitários reconhecíveis¹².

Com essa análise chegamos ao estudo sobre o “enquadramento de memórias” e de “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) e sua presença na pesquisa histórica. E, a partir dele, foram desenvolvidas as discussões em torno das possibilidades de inserção de pesquisadores no cotidiano dos sujeitos estudados: o caminho, como já adiantei, foi o da História Oral.

O entendimento dos entrevistados como sujeitos atuantes e não meros espectadores da pesquisa norteou novos debates e chegamos à possibilidade de essa relação com a natureza narrada conter temas sensíveis, ou mesmo acontecimentos que não deveriam ser publicizados pela pesquisa. Os alunos conjecturaram as possibilidades de isso envolver conflitos de terra; perdas financeiras; desinformação técnica e/ou legal de práticas de crimes ambientais, ou mesmo, uma falta de consciência ambiental num passado recente. Naquele momento, tratamos dos cuidados com anacronismo e reducionismo nas discussões ambientais, para que as turmas analisassem o fato de que narrativas, políticas e práticas centradas nos usos da natureza são históricas, e no caso de moradores entrevistados com idade acima de 40 anos, perfil selecionado pela maioria dos grupos, essa geração conviveu com mudanças políticas e filosóficas sobre o meio ambiente. Assim, das leituras sobre memória e identidade, passamos para as discussões em torno da produção de entrevistas.

Portelli (1997) e Meihy e Holanda (2011) foram estudados tanto para pensarmos na metodologia da História Oral e suas implicações, quanto para sabermos dos tipos de organização de pesquisa.

Os grupos se dividiram entre aqueles que optaram por fazer entrevistas com sujeitos com os quais tinham proximidade e entrevistas com desconhecidos. Da mesma forma, se dividiram entre a escolha por um maior e um menor tempo para a gravação das entrevistas. As escolhas metodológicas variaram entre uma “história temática” e uma “história de vida”. Para a grande maioria, esta teria sido a primeira experiência com a História Oral.


Grosso modo, foi dito aos entrevistados que os trabalhos, gravados com gravadores, celulares ou videochamadas e, em alguns casos, desenvolvidos de forma híbrida, ou seja, tanto presencial quanto à distância, não seriam publicados ou apresentados fora da sala de aula. Em determinadas entrevistas, os entrevistados solicitaram que o vídeo da entrevista fosse substituído por transcrição; em outros autorizaram a exibição dos vídeos e alguns entrevistados indicaram uso de pseudônimo. Ressentimentos, desconfianças e falta de identificação foram elementos apresentados pelos grupos como limitadores da prática de pesquisa de campo. Na próxima seção, encerro o texto com a apresentação de parte dos resultados das entrevistas realizadas pelos alunos.

Módulo III - A natureza no século XXI: resultados das pesquisas feitas pelos alunos.

A escolha dos entrevistados, o tipo de entrevista oral, tratada nas aulas preparatórias como uma metodologia, assim como os temas norteadores, foram todos de escolha livre, e a necessidade dessas definições causou incertezas entre os grupos. Em alguns casos, as entrevistas agendadas, por motivos técnicos e/ou imprevistos, foram canceladas e novas entrevistas foram agendadas e produzidas nas últimas semanas de aula, indo de encontro aos encaminhamentos da disciplina, que prezava por uma escolha antecipada do tema e da pessoa a ser entrevistada, para que assim os grupos pudessem reconhecer seu objeto com certa antecedência e desenvolver análises de maior qualidade.

Em média, um total de três encontros foi utilizado para discussões e orientações pré-entrevistas com as turmas e orientação individual para os grupos. As apresentações ocorreram em duas aulas de dois horários cada uma delas, padrões esses seguidos nas duas oportunidades de oferta das disciplinas.

Para a sistematização dos resultados, continuarei abordando em conjunto as entrevistas das duas turmas do segundo ano, nas quais realizamos atividades de entrevistas orais. Nos dois casos, foi estabelecida a necessidade de um vínculo direto dos entrevistados com a agricultura familiar, seja como próprios agricultores




familiares ou como prestadores de serviço para a agricultura familiar. A justificativa que apresentei para as turmas para tal escolha baseou-se na própria definição e discussão sobre a agricultura familiar na mesorregião de Campo Mourão-PR, região de abrangência do curso de História e de residência dos alunos. Como aporte para o tema, estudamos as definições da Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006). Outra contribuição foi o Portal da Embrapa (Embrapa, 2023), no qual os alunos verificaram as dimensões de módulos fiscais conforme as características agrárias das respectivas regiões analisadas. Por fim, a leitura do texto de Carvalho (2012), possibilitou o reconhecimento de múltiplas racionalidades reconhecidas nas políticas de ocupação e colonização no decorrer da primeira metade do século XX, de maneira a considerar fatores naturais, econômicos e culturais.

Os temas dividiram-se entre: movimentos sociais (um trabalho); gênero e o trabalho de mulheres na agricultura (três trabalhos); profissionais liberais (três trabalhos); estudo da própria história familiar (três trabalhos).

Todos os entrevistados apresentaram um balanço econômico de suas trajetórias de vida, e na maioria deles, este balanço foi o fio narrativo das entrevistas. Acredito que os alunos perceberam, a partir de diferentes níveis de abstração e crítica, as maneiras como as matrizes econômicas, ecológicas e socioambientais se entrecruzavam nas memórias dos entrevistados. Tal como previsto entre os objetivos da disciplina, discutiu-se ao final do curso que a análise processual da relação entre sociedade e natureza exige dos pesquisadores/professores o reconhecimento de teorias científicas, técnicas e macropolíticas (de colonização; econômicas), além do conhecimento, mesmo que introdutório, da legislação ambiental. Com este conhecimento curricular, os alunos valorizaram a criatividade e a imaginação histórica presentes nas entrevistas.

A justificativa da escolha do tema da entrevista, necessariamente relacionada com a agricultura familiar regional, os recortes temporais acionados e o uso de documentos complementares foram escolhas livres dos grupos. Da mesma forma, os grupos direcionaram suas escolhas metodológicos para a divisão de tarefas entre os participantes. Epistemologicamente, o perfil dos entrevistados apresentou para as turmas, as relações de memória e de identidades reconhecidas, as definições de meio ambiente acionadas e, as temporalidades reconhecidas nas entrevistas, todos estes, elementos centrais nas apresentações e debates que se seguiram, bem como para a produção do trabalho final entregue pelos grupos. Dessa maneira, o olhar processual, o cuidado com contextos e com as memórias, e de certa forma, o



diálogo entre o conhecimento acadêmico ambiental dos alunos e os saberes sobre a natureza dos entrevistados foram as contribuições da disciplina para as discussões sobre a relação entre sociedade e natureza.

Reconhecidamente, o processo de entrevistas ou a forma como ele foi apresentado pelos grupos destacou exemplos de como os alunos relacionavam memória e História. Por sua vez, amparados para tanto mais em uma perspectiva socioambiental do que na ecológica, os entrevistados demonstraram como, historicamente, eles se relacionavam com a natureza. Algumas devolutivas historiográficas foram feitas por alguns grupos aos entrevistados, foi o caso de falas sobre: movimentos migratórios; legislação ambiental; políticas agrárias e movimentos sociais; contudo, conforme relatado pelos grupos, nessa postura dialógica das pesquisas, os seus entrevistados mais contaram do que questionaram a respeito dos processos por eles vivenciados. Assim, saberes etnobotânicos, como maneiras de produzir, negociar e organizar o cotidiano, inclusive algumas em desuso, na maioria dos casos recuperadas de práticas que acompanhavam toda a vida dos entrevistados, deram o tom das conversas. Embora certas entrevistas estivessem organizadas a partir de exemplos de superação – da desigualdade de gênero, da luta contra o processo de exclusão fundiária – algumas entrevistas foram marcadas pela reificação do discurso do progresso via transformação da natureza em áreas cultiváveis.

Esse reconhecimento de tradições e história de vida não deixou de reverberar escolhas dos próprios grupos sobre suas apropriações da História Ambiental, reafirmadas nos debates que seguiam das apresentações. Ora mais próximos da História Cultural, ora da História Econômica, ora de Gênero, os grupos, inclusive, lançaram mão de estudos de outras disciplinas, como História do Paraná e História do Brasil.

Concluindo, não seria exagero defender o fato de que o ensino de História, uma vez ancorado na História Ambiental, tenha possibilitado a produção de consciência histórica ambiental a partir de uma abordagem pedagógica focada no protagonismo dos alunos, na autoridade deles com os temas, processos e metodologias, bem como na valorização de saberes dos entrevistados. Dessa proposta, de maneira dialógica e propositiva, a disciplina procurou contribuir com a construção de uma pedagogia ambiental crítica.

Considerações finais: contribuições para uma abordagem socioambiental

Para fechar este texto, retomo as discussões da sua primeira parte e destaco que a maioria das entrevistas teve uma conotação próxima de uma abordagem socioambiental, valorizadora de costumes e de práticas trazidas nas memórias. A partir dela, relacionaram elementos estruturantes marcados pelos elementos naturais, transformações advindas de políticas estatais e escolhas familiares e pessoais. Todavia, também esteve presente em quase todas as entrevistas as tentativas dos entrevistados de apresentarem um saber ecológico, mesmo que reconhecidamente apresentado enquanto um conhecimento que não dominavam, com exceção dos entrevistados que desenvolviam trabalhos técnicos na agricultura.

A escolha de diferentes temáticas para o estudo ambiental trouxe significativas contribuições para a disciplina, sendo o caso da discussão sobre meio ambiente e gênero; meio ambiente e movimentos sociais do campo; meio ambiente e atuação de profissionais liberais, além da escolha de entrevistas com agricultores familiares.

Contudo, é necessário reconhecer as limitações da própria disciplina, começando pela falta de interesse de parte das turmas no início do curso. Esse desinteresse foi superado em grande parte, como por meio do estudo prospectivo viabilizado pelas entrevistas. Outra dificuldade é pensar nos desafios de uma disciplina organizada em apenas um semestre, com 60 horas divididas entre leituras e debates teóricos de significativa densidade em um momento inicial, e com a produção de pesquisa de campo com seus desafios metodológicos em outro momento. Ainda, da mesma forma, reconhecer a dificuldade dos alunos em experienciarem com as melhores condições a sua formação, num momento marcado pela retomada de aulas presenciais e de superação de dificuldades do período pós pandemia da Covid-19.

Para além dos desafios metodológicos, algumas escolhas limitaram os resultados da disciplina e, de certa forma, o próprio processo de aprendizagem dos alunos. Cabe destacar, especialmente, o fato de não termos previsto a autorização dos entrevistados para divulgação das entrevistas. Isso foi justificado pelas exigências da tramitação no Comitê de Ética da Unespar. Alguns alunos comentaram sobre essa limitação, pois se sentiram empolgados para divulgar nas redes sociais fragmentos das entrevistas e/ou os resultados dos trabalhos. Alguns alunos destacaram a complexidade das leituras teóricas; e em alguns trabalhos finais foi perceptível o não domínio de alguns conceitos centrais, tangenciados pelos apresentadores. A própria dinâmica da apresentação, abreviada em uma aula devido a imprevistos do calendário acadêmico, impossibilitou maior interação e debates entre os grupos.

De todo modo, foi positivo o entendimento sobre a apropriação, por parte dos alunos, das intersecções que ancoraram nossa pesquisa em História Ambiental: o debate historiográfico sobre o processo de ocupação/colonização regional; o debate conceitual sobre memória e identidade; os estudos sobre características naturais e socioculturais regionais. Concluindo, é possível afirmar que os alunos, futuros professores de História, saíram da disciplina com uma introdução significativa sobre o estudo da relação entre sociedade e natureza, seja ela conceitual e/ou de pesquisa de campo. Da mesma forma, foi positivo o fato de os alunos construírem, a partir do estudo ambiental, um reconhecimento de diferentes usos do passado, e com isso analisarem temporalidades da história local e regional na sua relação com a natureza. Nesse sentido, a utilização de diferentes fontes históricas ancorou a problematização de práticas e narrativas históricas presentes no cotidiano, permitindo aos alunos uma formação ambiental dialógica, inclusiva, reflexiva e propositiva.

Referências

A HISTÓRIA do Greenpeace. Direção de Matthieu Belghiti. França: What's Up Films - In Association With France Televisions And Tv5 Monde, 2015. (52 min.), son., color.

ARRUDA, Gilmar. Consciência histórica, ensino de história e a educação ambiental. *História & Ensino*, Londrina, v. 12, p. 113-122, ago. 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 9, p. 63-96, out. 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Resolução nº 3, de 9 de abril de 2021: aprova o Plano Amazônia 2021/2022, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 69, p. 1-4, 14 abr. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/conselho-nacional-da-amazonia-legal/normas-do-conselho/resolucao_n_3_de_9_abril_2021.pdf/view. Acesso em: 10 fe. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975- 1979*. Brasília, DF: Presidência da República, 1974. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CANDAU, Joel, *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011. 219 p.

CARSON, Rachel Louise. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Ely Bergo de. *Ensino de história e educação ambiental*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. 208 p.

CARVALHO, Ely Bergo de. Um modo de vida na fronteira: uma história ambiental de Campo Mourão, Paraná, 1903-1939. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 236-253.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

EMBRAPA. *Páginas especiais*. Brasília, DF: Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333-366.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. *História Oral*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006.

FREIRIA, Rafael Costa. Aspectos históricos da legislação ambiental no Brasil: da ocupação e exploração territorial ao desafio da sustentabilidade. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 3, p. 157-179, dez. 2015.

GERHARDT, Marcos; NARDONI, Eunice Sueli. Aproximações entre história ambiental, ensino de história e educação ambiental. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: Est: Exclamação: ANPUH/RS, 2010. p. 57-72.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto. 15. ed. 2020. 148 p.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KLANOVICZ, Jó. Os cursos de graduação em história das universidades estaduais do Paraná e a política estadual de Educação Ambiental. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 157-178, jan./dez. 2017.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental na América latina. *Esboços*, v. 12, n. 13, p. 11–29, 2005.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Vozes: Rio de Janeiro, 2009. 440 p.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: um olhar prospectivo. *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 23-35, jan./jun. 2011.

MARTINS, Victor de Oliveira; ARAUJO, Alana Ramos. Crise educacional e ambiental em Paulo Freire e Enrique Leff: por uma pedagogia ambiental crítica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e105854, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 175 p.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p.1311-1340, out./dez. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

QUINTSLR, Suyá. Amazônia: disputas materiais e simbólicas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, p. 57- 72, maio 2009.

REIGOTA, Marcos. A Educação ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 539-553, maio/ago. 2010.

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; CAVASSAN, Osmar. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. *Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias*, Bogotá, v. 8, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2013.

TARDIF, Maurice. *Sabres docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002. 326 p.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p.


THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Oficinas da História).

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Notas

- ¹ Embora este texto discuta resultados da disciplina de História Ambiental por mim ministrada em três oportunidades, tomarei como base para a discussão de duas delas, pois, diferente da outra ocasião, nestas duas a disciplina teve como trabalho de conclusão o desenvolvimento, análise e apresentação de entrevistas.
- ² Defino o conceito de meio ambiente como o resultado da observação do sujeito, um constructo humano, resultado da observação cultural da natureza (Ribeiro; Cavassan, 2013).
- ³ Institucionalizou-se com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (1973), a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com leis específicas como a 9.795/1999.
- ⁴ Para Hartog, o meio ambiente, enquanto um patrimônio recém-inventado, caminha para ser reconhecido como suporte para o debate de um presente menos presentista - daí a citação do autor dos princípios da responsabilidade e da precaução aplicado ao estudo dos impactos das sociedades sobre o meio ambiente.
- ⁵ Essa abordagem ganha ainda mais complexidade quando considerada à luz dos dias atuais, conforme indiquei na introdução do texto, diante da presença da comunicação digital. Portanto, reconheço nossa dificuldade em vislumbrar garantias de um futuro sustentável, diferentemente das certezas de meados do século passado, quando se acreditava em um futuro de desenvolvimento econômico.
- ⁶ É necessário acompanhar o autor e destacar a diferença entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento sostenible. O conceito de desenvolvimento sostenible — cujo termo em espanhol ‘sostenible’ encontra dificuldade de tradução para o português — é reflexo da crise da globalização ocorrida ainda na década de 1970 e representa posturas que passaram a considerar, na geopolítica da racionalidade econômica, as externalidades ecológicas, a partir da incorporação de bens e serviços ambientais.
- ⁷ O debate se estende das matrizes teóricas às formas como a ciência produz consensos. Isso não significa negar ou contrastar o conhecimento científico com outros tipos de conhecimento, mas entender sua lógica de construção, a qual não se limita ao laboratório. Para discutir as respostas dadas pelas ciências que abordam o ambiente e os jogos que integram os laboratórios e incluo aqui, metaforicamente, a sala de aula, ver: obra *Ciência em Ação* (Latour, 2011). Afinal, não é a sala de aula um lugar em que professor, alunos e sociedade que nos acompanha - currículo, pais, instituições, sistemas avaliativos, expectativas profissionais e sociais de todo tipos se encontram?
- ⁸ Cabe ainda pontuar que esse exercício de discussão e valorização de saberes históricos relacionados ao meio ambiente, advindos de conhecimentos construídos fora da academia, demandou atenção metodológica e epistemológica da disciplina às formas de apropriação desses saberes no processo de ensino-aprendizagem (Tardif, 2002), no sentido de analisarmos se saberes acadêmicos e populares eram complementares ou conflitantes.
- ⁹ Diferentemente da metodologia das segundas séries, na quarta série, no lugar de entrevistas, cobrei um projeto de pesquisa em História Ambiental com “produto” da disciplina.

ARTIGO

- 
- ¹⁰ Como exemplo, temos o texto de Ribeiro e Cavassan (2013), responsável pela definição de natureza, ambiente e meio ambiente; e o de Colacios (2017), necessário para o desenvolvimento de uma crítica às apropriações do conceito de meio ambiente, ambos estudados em sala de aula.
- ¹¹ Diante de todo um campo de possibilidades, foi adotada a terminologia de Quintslr (2009), ancorada na apresentação de matrizes discursivas norteadoras de pesquisas sobre a Amazônia. A autora identifica três matrizes: a econômica, a ecológica e a socioambiental, seguida do aprofundamento desta última.
- ¹² Em uma das três oportunidades em que ministrei a disciplina, em 2021, desenvolvemos essa análise a partir do estudo comparativo de livros didáticos produzidos antes e após a implementação da BNCC. A escolha dos conteúdos selecionados pelos alunos variou em termos de conteúdo e recorte temporal e teve em comum a necessidade de tratar de fenômenos e/ou acontecimentos recentes que giravam em torno da relação entre sociedade e natureza. Foi o caso de conteúdos políticos, econômicos e culturais que ancoraram análises sobre o uso da memória e da identidade com um viés ambiental. Entre as análises feitas pelos alunos, destacou-se a observação de um conceito até então desconhecido pela turma, o de “racismo ambiental”.